

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luana.patriolino@gmail.com

PSD de Pacheco cresce

O PSD, partido que abriga o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, se tornou a maior bancada do Senado, com as filiações de Mara Gabrilli (SP) e Eliziane Gama (MA). A legenda passa a ter 15 integrantes, desbancando o PL, com 14. O crescimento favorece Pacheco na disputa pela reeleição à presidência da Casa. Amanhã, ele enfrenta seu principal adversário, Rogério Marinho (RN), candidato do PL e do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Troca-troca

O ano legislativo ainda nem começou e já tem parlamentar sendo sondado para mudar de partido. Apesar de o PL ter despontado como a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda do Senado, fontes afirmaram à coluna que muitos desses eleitos não pretendem fazer oposição ao governo e devem trocar de sigla em breve.

Economia amazônica

Em reunião com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, a ministra da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Svenja Schulze, reiterou o compromisso de avançar em um estudo bilateral sobre parques tecnológicos para impulsionar a transição digital da economia amazônica e diminuir o desmatamento. A delegação alemã está no Brasil para tratar sobre o retorno do Fundo Amazônia, iniciativa para conservação da floresta e que foi extinta no governo Bolsonaro.

Valdemar se complica

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tentou minimizar o fato de o ex-ministro Anderson Torres ter uma minuta golpista em casa, mas acabou se dando mal. Ao dizer que “todo mundo” tinha um documento dessa natureza, o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro foi denunciado na Procuradoria-Geral da República (PGR) e pode ser

obrigado a identificar quem são as autoridades que guardam decretos antidemocráticos. Como o processo também foi encaminhado à Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), o PL pode ter seu registro anulado, pois, de acordo com a lei, foram atentados os princípios constitucionais essenciais para o funcionamento dos partidos políticos.



José Cruz/Agência Brasil



Pioneira

O governo dos Estados Unidos concedeu o agrément à diplomata Maria Luiza Ribeiro Viotti (foto) para comandar a embaixada brasileira em Washington, informou o Itamaraty ontem à noite. O aval da Casa Branca ainda precisa passar pelo Senado norte-americano. Viotti chegou a ser cotada para assumir o Ministério das Relações Exteriores do governo Lula, mas o embaixador Mauro Vieira ocupou o cargo. Se confirmada, a embaixadora será a primeira mulher a chefiar a representação brasileira na capital norte-americana.

Lide Conference

O ministro da Economia de Portugal, António Costa Silva, está confirmado no Lide Brazil Conference, em Lisboa, que ocorre na próxima sexta-feira e no sábado. O evento conta, também, com a participação da ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet; dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); e do ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para debater a respeito da “Institucionalidade e Cooperação” e de “Economia, mercado e tecnologia”. O ex-presidente Michel Temer fará a abertura da cerimônia.

PODER

Na mira, servidores golpistas

AGU e Gestão pedem instauração de processo administrativo disciplinar contra funcionários que participaram de atos do dia 8

» HENRIQUE LESSA

Servidores públicos identificados nos atos antidemocráticos e nos ataques contra a sede dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro, devem responder a processo administrativo disciplinar e podem, inclusive, ser afastados de suas atividades. É o que pede o documento interministerial da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, encaminhado, ontem, ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho. A solicitação é de imediata instauração de processos administrativos e disciplinares contra os servidores.

AGU e Gestão pedem que a CGU analise a necessidade do afastamento cautelar dos funcionários públicos. “Assim, solicitamos, além da imediata instauração de processo administrativo disciplinar em face de servidores que já tenham sido eventualmente identificados, que seja analisada a viabilidade de afastamento provisório cautelar, a fim de se resguardar a higidez das apurações, bem como preservar a reparação ao patrimônio público”, diz o documento assinado pelo ministro Jorge Messias, da AGU, e Esther Dweck, da Gestão.

No pedido, as pastas lembram que a participação de servidores nos referidos atos já está sob análise da CGU, mas reforçam ser “inadmissível a participação de servidores públicos federais em atos de vandalismo e depredação de patrimônio público em manifestação violenta inconstitucional que prega a supressão do Estado Democrático de Direito”.

O documento deixa clara a possibilidade de demissão desses servidores. “Caso confirmada a participação, resta necessário apurar a provável inaptidão e despreparo para o exercício da função pública, além da evidente periculosidade dos agentes, que desdenham por completo o regular funcionamento das instituições, a justificar maior cautela na apuração dos fatos”, diz um trecho da solicitação.

Até mesmo estagiários do poder público, empregados terceirizados e servidores dos estados e do Distrito Federal estão na mira do pedido. No texto é solicitado que a CGU avalie os encaminhamentos possíveis de serem tomados contra esses trabalhadores que eventualmente sejam identificados como participantes dos ataques.

Infrações

Segundo uma nota divulgada pela AGU, em sua análise preliminar, a participação desses servidores nos atos representa infração disciplinar prevista na Lei nº 8.112/90. Conforme o comunicado, esses funcionários violaram o dever de lealdade para com as instituições (art. 116, II), o dever de zelo para com a conservação do patrimônio público (art. 116, VI) e o dever de manutenção de conduta compatível com a moralidade pública (art. 116, IX).

“Além disso, AGU e Ministério da Gestão lembram que danos ao patrimônio público configuram crime qualificado contra a administração pública (art. 163, parágrafo único, II, do Código Penal), passível da aplicação de penalidade de demissão”, destaca a nota do órgão.

Ed Alves/CB/D.A Press



Atos em 8 de janeiro: AGU e Gestão pedem que a CGU analise eventual afastamento cautelar de servidores

Bloqueados bens de mais 40

O juiz Francisco Alexandre Ribeiro, da Justiça Federal em Brasília, decretou o bloqueio de bens de 42 presos preventivamente pelos atos golpistas do dia 8, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes. Com a decisão, chega a 92 o número de pessoas que tiveram bens congelados por participarem ou financiarem a ofensiva violenta. Em uma primeira ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU), também foi confiscado o patrimônio de sete empresas.

O magistrado considerou haver “fortes indícios” de que os 40 presos em flagrante “tenham participado dos atos e das manifestações antidemocráticas que

culminaram na invasão e na depredação multitudinária das sedes oficiais dos Três Poderes da República”. Assim, apontou que é “absolutamente plausível” a tese da AGU “de que eles concorreram para a consecução dos danos ao patrimônio público, sendo passíveis da responsabilização civil”.

A decisão acolhe um pedido feito pela AGU na última terça-feira. O órgão argumentou que o grupo acionado participou da “materialização dos atos de invasão e depredação de prédios públicos federais” e, por isso, deve reparar os prejuízos causados nas dependências do Planalto, Supremo e Congresso.

Há um terceiro pedido de bloqueio de bens feito pela AGU que ainda não foi apreciado pela Justiça Federal no Distrito Federal. Caso a solicitação seja aceita, o número de pessoas com patrimônio sequestrado em razão dos atos golpistas do dia 8 pode chegar a 134.

O bloqueio de bens no valor total de até R\$ 18,5 milhões visa garantir o eventual ressarcimento do patrimônio público em caso de condenação dos suspeitos e empresas acionados na Justiça.

O valor apontado pela AGU leva em consideração os prejuízos calculados pelo Planalto, de R\$ 7,9 milhões; pelo STF, de R\$ 5,9 milhões; pela Câmara, de R\$ 1,1 milhão; e pelo Senado, de R\$ 3,5 milhões.

» Denunciados pela PGR chegam a 479

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou, ontem, mais 225 presos no acampamento montado em frente ao QG do Exército, em Brasília, por ligação com os atos golpistas do dia 8. É a sexta leva de acusações apresentadas pelo órgão ao Supremo Tribunal Federal (STF). O número de denunciados agora chega a 479. O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos imputa aos acusados supostos crimes de associação criminosa e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais.

» Bolsonaro pede para ficar nos EUA

O ex-presidente Jair Bolsonaro deu entrada no processo para trocar de visto nos Estados Unidos e permanecer no país, segundo o escritório de advocacia AG Immigration, responsável pela condução do caso. Com o fim do prazo para uso do visto oficial concedido a chefes de Estado, o ex-chefe do Executivo agora quer permanecer na Flórida com visto de turista, que pode dar direito a mais seis meses de estadia no país. A possibilidade de Bolsonaro manter o visto oficial, concedido a chefes de Estado, para permanecer nos Estados Unidos, expirou ontem.